Sumário **Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
BANCO CBSS S.A	16
BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A	9
BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS	2
MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL	S/A 13



Volume 124 • Número 58 Página 16 São Paulo, quinta-feira, 27 de março de 2014

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

doaumente imprensaoficial assimado Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo ligitalmente

Banco CBSS S.A.

(anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.) Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45 Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Totais de R\$ 99,9 milhões.

Banco CBSS S.A. (Banco CBSS), (anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.) de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO No exercício, o Banco CBSS registrou Lucro Líquido de R\$ 4,2 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 97,5 milhões e Ativos

> Barueri, SP, 29 de janeiro de 2014. Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil								
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012			
CIRCULANTE	96.547	91.109	CIRCULANTE	2.009	1.622			
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	102	8	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.009	1.622			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	95.287	-	Sociais e Estatutárias	40	32			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	95.287	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	1.890	1.524			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			Diversas (Nota 11b)	79	66			
(Nota 6)	-	90.619	51101000 (11010 110)	, ,	00			
Carteira Própria	-	90.619	,					
OUTROS CRÉDITOS	1.158	482	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	358	742			
Diversos (Nota 7)	1.158	482	OUTRAS OBRIGAÇÕES	358	742			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.359	4.634	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	358	234			
OUTROS CRÉDITOS	3.359	4.634	Diversas (Nota 11b)	-	508			
Diversos (Nota 7)	3.359	4.634						
PERMANENTE	1	3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 12)	97.540	93.382			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1	Capital:					
Outros Investimentos	1	10	- De Domiciliados no País	90.000	90.000			
Provisões para Perdas	-	(9)						
INTANGÍVEL (Nota 9)	-	2	Reservas de Lucros	7.540	3.382			
Ativos Intangíveis	-	5						
Amortizações Acumulada	-	(3)						
TOTAL	99.907	95.746	TOTAL	99.907	95.746			

	A	As Notas Explicativa	as são parte inte	grante das Demonstrações Contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	- Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕE	S DO PATRIMÓ	ÔNIO LÍQUIDO) - Em Reais	s mil	
		Exercícios	findos		Capital	Reserva de	Lucros	Lucros	
	2º Semestre	em 31 de de	ezembro	Eventos	Social	Legal Es	statutárias	Acumulados	Total
_	2013	2013	2012	Saldos em 30.6.2013	90.000	258	4.846	-	95.104
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.135	7.355	6.231	Lucro Líquido	-	-	-	2.459	2.459
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	4.135	7.355	6.231	Destinações: - Reservas	-	123	2.313	(2.436)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.135	7.355	6.231	- Dividendos Propostos	-	-	-	(23)	(23)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(56)	(394)	(587)	Saldos em 31.12.2013	90.000	381	7.159	-	97.540
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(108)	(295)	(244)	Saldos em 31.12.2011	9.750	1.222	15.302	-	26.274
Despesas Tributárias (Nota 14)	(192)	(345)	(320)	Aumento de Capital por Subscrição de Ações	63.726	-	-	-	63.726
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	250	260	16	Aumento de Capital com Reservas	16.524	(1.222)	(15.302)	-	- 0.444
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(6)	(14)	(39)	Lucro Líquido Destinações: - Reservas	-	171	3.211	3.414 (3.382)	3.414
RESULTADO OPERACIONAL	4.079	6.961	5.644	- Dividendos Propostos	-	-	-	(32)	(32)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.079	6.961	5.644	Saldos em 31.12.2012	90.000	171	3.211	-	93.382
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	(1.620)	(2.763)	(2.230)	Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-	
LUCRO LÍQUIDO	2.459	4.198	3.414	Lucro Líquido	-	-	-	4.198	4.198
N(47.055.050	47.055.050	47.055.050	Destinações: - Reservas	-	210	3.948	(4.158)	-
Número de ações (Nota 12a)	47.955.353	47.955.353	47.955.353	- Dividendos Propostos	-	-	-	(40)	(40)
Lucro por lote de mil ações em R\$	51,28	87,54	71,19	Saldos em 31.12.2013	90.000	381	7.159	-	97.540

Lucro por lote de mil ações em H\$	51,28	87,54	/1,19	Saldos em 31.12.2013		90.000	381	7.159	-	97.540	
As Notas Explicativas são parte integrante das	Demonstrações Cont	ábeis.		As Notas Explicative	as são parte int	egrante das D	emonstrações	Contábeis.			
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CA	AIXA - Em Reais mil			DEMONSTRA	AÇÃO DO VAL	OR ADICIONA	ADO - Em Rea	is mil			
		Exercícios	findos		2º Sem	estre	Exercíci	os findos em	os em 31 de dezembro		
	2º Semestre	em 31 de de		Descrição	2013	%	2013	%	2012	%	
	2013	2013	2012	1 - RECEITAS	4.379	102,5	7.601	104,1	6.208	104,1	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1.1) Intermediação Financeira	4.135	96,8	7.355	100,7	6.231	104,5	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.079	6.961	5.644	, ,	244	5,7	246	3,4		-	
Ajustes ao Resultado antes dos Impostos:	-	(4)	1	1.2) Outras	244	5,7	240	3,4	(23)	(0,4)	
Constituições de Provisões Cíveis	-	(6)	-	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(108)	(2,5)	(293)	(4,1)	(243)	(4,1)	
Depreciações e Amortizações	-	2	1	Propaganda, Promoções e Publicidade	(78)	(1,8)	(170)	(2,4)	(151)	(2,5)	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	4.079	6.957	5.645	Serviços Técnicos Especializados	(21)	(0,5)	(55)	(0,8)	(66)	(1,1)	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(95.287)	(95.287)	-	Processamento de Dados	(9)	(0,2)	(16)	(0,2)	(16)	(0,3)	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Contribuição Sindical	(5)	,	(52)	(0,7)	(11)	(0,2)	
Financeiros Derivativos	91.759	90.619	(68.874)	Contribuição Sindical	-	-	(52)	(0,7)	(11)	(0,2)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	17	17	35	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	4.271	100,0	7.308	100,0	5.965	100,0	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(273)	(341)	(132)	4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	_	_	(2)	_	(1)	_	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(201)	(1.839)	(352)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			(-)		(.,		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	94	126	(63.678)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO							
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	4.271	100,0	7.306	100,0	5.964	100,0	
Aumento de Capital	-	-	63.726	6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.271	100,0	7.306	100,0	5.964	100,0	
Dividendos Pagos	-	(32)	(72)	T DIOTRIBUIGÃO DO VALOR ADIOIONADO		,		,		-	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de				7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.271	100,0	7.306	100,0	5.964	100,0	
Financiamentos	-	(32)	63.654	7.1) Remuneração do Governo	1.812	42,4	3.108	42,5	2.550	42,8	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	94	94	(24)	Federais	1.812	42,4	3.108	42,5	2.550	42,8	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8	8	32	7.2) Remuneração de Capitais Próprios	2.459	57,6	4.198	57,5	3.414	57,2	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	102	102	8	Dividendos	23	0,5	40	0,6	32	0,5	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	94	94	(24)	Lucro Retidos	2.436	57,1	4.158	56.9	3.382	56,7	
<u> </u>						,•		,-		,.	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CBSS S.A. (Banco CBSS ou Instituição), (anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.) tem por objeto previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17. a prática de todas as operações de arrendamento mercantil, permitidas pela legislação em vigor e pelas normas regulamentares f) Investimentos aplicáveis à espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um Compreende investimentos em títulos patrimoniais, os quais são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. e na gestão de risco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A Assembleia Geral Extraordinária de 26.4.2013, aprovou a proposta da Diretoria para transformar a Instituição em Banco Múltiplo, com denominação de Banco CBSS S.A., para operar com carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 31.10.2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; valor contábil. provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014. 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais só serão reconhecidos no resultado guando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses precos de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir base pro rata dia). julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são São compostos por: obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em Em 2013, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 95.287 mil, com vencimento em 2 de dezembro de passivos diferidos correspondentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Compostos por software, registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida úti estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment).

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu

devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do

período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuia expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas:

 Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão • Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

 Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica "Outras" • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações

·, ······	Em 31 de	dezembro - R\$ mil
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	102	8
Total caixa e equivalentes de caixa	102	8

31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e 2014. As receitas estão classificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 1.071 mil (2012 - R\$ 125 mil).

Banco CBSS S.A.

(anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.)

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP



Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

(414)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 2012, refere-se a aplicações em Cotas de Fundos de Investimento exclusivo, administrado pelo conglomerado Bradesco no valor com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas: de R\$ 90.619 mil.

 b) Resultado com títulos e valores mobiliários Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 2012 Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)... 1.071 125 Fundos de investimentos... 6 284 6 106 Total 7.355 6.231 c) O Banco CBSS não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

c) O Banco CB33 não possura operações de instrumentos financeiros denvativos em 31 d	e dezembro de 2013 e	de 2012.	
7) OUTROS CRÉDITOS			
	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012	
Créditos tributários (Nota 17c)	4.013	4.596	
Devedores por depósito em garantia	255	267	
Impostos e contribuições a compensar	154	138	
Impostos e contribuições a recuperar	-	18	
Outros	95	97	
Total	4.517	5.116	

incentivos fiscais de R\$ 9 mil foram baixados em abril de 2013.

Corresponde a software que foram baixados em abril de 2013.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial, é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social iudiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. I - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição com a reversão das respectivas provisões II - Movimentação das provisões constituídas

ii movinicitação das provisões constituidas		
	Em 31 (de dezembro - R\$ mil
		Fiscais e
	Cíveis	previdenciárias
Saldo no início do exercício de 2013	6	234
Reversão	(6)	-
Saldo no final do exercício de 2013 (Notas 11a e b)	-	234
11) OUTRAS OBRIGAÇÕES		
a) Fiscais e previdenciárias		
	Em 31	de dezembro - R\$ mil
	2013	2012
Provisões fiscais (Nota 10)	234	234
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.840	1.501
Impostos e contribuições a recolher	174	23
Total	2.248	1.758
b) Diversas		
	Em 31	de dezembro - R\$ mil
	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	79	399
Provisões cíveis (Nota 10)	-	6
Credores diversos	-	169
Total	70	57/

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 90.000 mil (2012 - R\$ 90.000 mil) está
9

escriturais, sem valor nominal. b) Reservas de lucros

representado por 47.955.353 ações ordinárias, nominativas

	Em 31 de d	lezembro - R\$ mil
	2013	2012
Reservas de lucros	7.540	3.382
- Reserva legal (1)	381	171
- Reserva estatutária (2)	7.159	3.211
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir	20% do capital social rea	alizado, ou 30% d
capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação ná	ão mais se faz obrigatór	ia. A reserva leg
somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		

ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital R\$ 4.163 mil) de prejuízo fiscal. Social Integralizado.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de lucros Acumulados de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento dos riscos e altamente estrategica em virtude da crescente complexidade de gerenciamento Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou práticas. parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos,

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

Lucro líquido	4.198	3.414
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(210)	(171)
Base de cálculo	3.988	3.243
Dividendos propostos	40	32
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1.0%	1.0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0.83	0.67
13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-,	-,
10) OUTTAG DEGI EGAG ADMINIOTHATIVAG	Exe	ercícios findos em
	31 de d	lezembro - R\$ mil
	2013	2012
Propaganda e publicidade	170	151
Serviços técnicos especializados	55	66
Processamento de dados	16	16
Contribuição sindical	52	10
Depreciações e amortizações	2	1
Total	295	244
14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
,	Exe	ercícios findos em
	31 de d	ezembro - R\$ mil
	2013	2012
Contribuição à COFINS	294	250
Impostos e taxas	3	30
Contribuição ao PIS	48	40
Total	345	320
15) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		
,	Exe	ercícios findos em
	31 de d	ezembro - R\$ mil
	2013	2012
Variações monetárias e cambiais	(5)	(16)
Reversão de provisões	251	(6)
Outras	-	(1)
Total	246	(23)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

R\$ mil

2012

Aos Administradores do Banco CBSS S.A

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco CBSS S.A., nova denominação social da Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, Opinião principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos Outros assuntos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

Demonstrações do valor adicionado relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações tomadas em conjunto. contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. **KPMG** Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das KPMG Auditores Independentes demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não CRC 2SP028567/O-1 F SP

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controlador e empresa coligada são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas

			Em 31 de de	zembro - R\$ mil
	2013 Ativos (passivos)	2012	2013	2012
		Ativos	Receitas	Receitas
		(passivos)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	102	8	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	95.287	-	1.071	125
Dividendos:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(38)	(31)	-	-
Banco Bradesco S.A.	(2)	(1)	-	-
h) Remuneração do nessoal-chave da Administração				

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- · A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
- A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Ém 31 de dezembro de 2013, o investimento de R\$ 1 mil refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional. Os investimentos por A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em acões, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Acões, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave

da Administração. Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

0	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.961	5.644
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25%		
⁰ , e 15%, respectivamente	(2.784)	(2.258)
Outros valores	21	28
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.763)	(2.230)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição socia	al	
	Exe	ercícios findos em
	31 de d	ezembro - R\$ mil
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.180)	(1.816)
Impostos diferidos:		
Constituição/(Realização) no exercício sobre adições temporárias	(74)	7
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	(509)	(421)

 c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e 	contribuição s	ocial diferidos		
				R\$ mil
	Saldo em			Saldo em
	31.12.2012	Constituição	Realização	31.12.2013
Provisões cíveis	2	-	2	-
Outros valores	104	31	103	32
Total dos créditos tributários	106	31	105	32
Prejuízo fiscal	4.490	-	509	3.981
Total dos créditos tributários (Nota 7)	4.596	31	614	4.013

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil				
	Diferenças	temporárias			
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Total	
2014	3	2	673	678	
2015	7	4	984	995	
2016	7	4	1.060	1.071	
2017	3	2	1.169	1.174	
2018	-	-	95	95	
Total	20	12	3.981	4.013	

gal A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis O valor presente dos créditos tributários calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode R\$ 3.697 mil (2012 - R\$ 4.263 mil), sendo R\$ 29 mil (2012 - R\$ 100 mil) de diferenças temporárias e R\$ 3.668 mil (2012

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

Total dos impostos diferidos...

Imposto de renda e contribuição social do exercício.....

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

O Banco CBSS, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de capital. b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos

Contábeis, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

 Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10):

 Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre

IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis

introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; · A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros

auferidos no exterior por controladas e coligadas: e

• O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar não haverá impactos relevantes

d) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em

31 de dezembro de 2013. A DIRETORIA

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CBSS S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis

Cláudio Rogélio Sertório Contador CRC 1SP212059/O-0

Osasco, 29 de janeiro de 2014

Sumário **Caderno Empresarial 2**

BALANCO

BANCO CBSS S.A.... BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A.... BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A... 13



Volume 124 • Número 58 São Paulo, quinta-feira, 27 de março de 2014

Página 17

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

doaumente assimado ligitalmente Amortizações Acumulada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco CBSS S.A. (anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.)

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

No exercício, o Banco CBSS registrou Lucro Líquido de R\$ 4,2 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 97,5 milhões e Ativos Totais de

Barueri. SP. 29 de janeiro de 2014

99.907

95.746

97.540

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2012

234

574

171

2013

234

79

381

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	masolo adoladao no S.	aon, apnoavoio ac	Diretoria			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012	
CIRCULANTE	96.547	91.109		2.009	1.622	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	102	8	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.009	1.622	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	95.287	-	Sociais e Estatutárias	40	32	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	95.287	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	1.890	1.524	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	-	90.619	Diversas (Nota 11b)	79	66	
Carteira Própria	-	90.619				
	1.158	482	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	358	742	
Diversos (Nota 7)	1.158	482	OUTRAS OBRIGAÇÕES	358	742	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.359	4.634	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	358	234	
OUTROS CRÉDITOS	3.359	4.634	Diversas (Nota 11b)	-	508	
Diversos (Nota 7)	3.359	4.634				
PERMANENTE	1	3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 12)	97.540	93.382	
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1	Capital:			
Outros Investimentos	1	10	- De Domiciliados no País	90.000	90.000	
Provisões para Perdas	-	(9)	Reservas de Lucros	7.540	3.382	
INTANGÍVEL (Nota 9)	-	2				
Ativos Intangíveis	-	5				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TOTAL

Saldos em 31.12.2013.

95.746

32

(24)

Lucro Retidos

Total caixa e equivalentes de caixa

102

102

99.907

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTAD	O - Em Reais mil		
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 2013	31 de dezembro 2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.135	7.355	6.231
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	4.135	7.355	6.231
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.135	7.355	6.231
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(56)	(394)	(587)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(108)	(295)	(244)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(192)	(345)	(320)
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	250	260	16
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(6)	(14)	(39)
RESULTADO OPERACIONAL	4.079	6.961	5.644
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.079	6.961	5.644
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	(1.620)	(2.763)	(2.230)
LUCRO LÍQUIDO	2.459	4.198	3.414
Número de ações (Nota 12a)	47.955.353	47.955.353	47.955.353
Lucro por lote de mil ações em R\$	51,28	87,54	71,19

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco CBSS S.A. (Banco R\$ 99,9 milhões.

CBSS), (anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CA	IXA - Em Reais mil		
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 3	31 de dezembro 2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.079	6.961	5.644
Ajustes ao Resultado antes dos Impostos:	-	(4)	1
Constituições de Provisões Cíveis	-	(6)	-
Depreciações e Amortizações	-	2	1
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	4.079	6.957	5.645
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(95.287)	(95.287)	-
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	91.759	90.619	(68.874)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	17	17	35
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(273)	(341)	(132)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(201)	(1.839)	(352)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	94	126	(63.678)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento de Capital	-	-	63.726
Dividendos Pagos	-	(32)	(72)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(32)	63.654
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	94	94	(24)

Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil Capital Reserva de Lucros egal Estatutárias Eventos Total 95.104 Saldos em 30.6.2013 258 90.000 Lucro Líquido 2 459 2.459 Destinações: - Reservas 123 2.313 (2.436)- Dividendos Propo (23) (23)Saldos em 31.12.2013.. 90.000 381 7.159 97.540 Saldos em 31.12.2011. 1.222 15.302 Aumento de Capital por Subscrição de Ações 63.726 Aumento de Capital com Reservas. (1.222)(15.302)16.524 Lucro Líquido.. 3.414 171 3.211 Destinações: - Reservas (3.382)- Dividendos Propostos (32 Saldos em 31.12.2012.. 90.000 171 3.211 93.382 Aumento de Capital com Reservas Destinações: - Reservas. (4.158) 210 3.948 - Dividendos Propostos (40) 381 7.159

90.000

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil 2º Semestre Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 2013 1 - RECEITAS .. 7.601 104,1 102,5 7.355 104,5 1.1) Intermediação Financeira. 4.135 96,8 100,7 6.231 244 5,7 246 3,4 (23)(0,4 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS ... (108)(2.5)(293)(4.1)(243)(4,1)Propaganda, Promoções e Publicidade.. (78)(1,8)(170)(2,4)(151)(2,5)Serviços Técnicos Especializados..... (1,1)(21)(0,5)(55)(0,8)(66)(9) (0,2)(0,2)(16) (0,3)Contribuição Sindical .. 3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)... 4.271 100,0 7.308 100,0 5.965 100,0 4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES (2) (1) 5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4).... 4.271 6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.. 4.271 100,0 100.0 5.964 7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO 4.271 100.0 7.306 100.0 5.964 100.0 7.1) Remuneração do Governo 1.812 42,4 3.108 2.550 42,8 42,4 1.812 3.108 42,5 2.550 42,8 7.2) Remuneração de Capitais Próprios.. 2.459 57,6 4.198 57,5 3.414 57,2

> 2.436 57,1 4.158 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período

Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período

O Banco CBSS S.A. (Banco CBSS ou Instituição), (anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.) tem por objeto a prática de todas as operações de arrendamento mercantil, permitidas pela legislação em vigor e pelas normas regulamentares aplicáveis à espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de risco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ A Assembleia Geral Extraordinária de 26.4.2013, aprovou a proposta da Diretoria para transformar a Instituição em Banco Múltiplo, com denominação de Banco CBSS S.A., para operar com carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil Em 2013, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 95.287 mil, com vencimento em 2 de dezembro de 2014. As receitas estão

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, Em 2012, refere-se a aplicações em Cotas de Fundos de Investimento exclusivo, administrado pelo conglomerado Bradesco no valor de R\$ 90.619 mil. associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. b) Apuração do resultado O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados 7) OUTROS CRÉDITOS

dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas pelo Créditos tributários (Nota 17c), nétodo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao

custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo

custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencime ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanco patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseja-se em cotações de preços de mercado ou cotações de

preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros

créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias" Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos 1 - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais técnicos e análises realizadas pela Administração.

sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido II - Movimentação das provisões constituídas do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo

ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos

créditos tributários estão apresentados na Nota 17. f) Investimentos

Compreende investimentos em títulos patrimoniais, os quais são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor

recuperável (impairment), quando aplicável. g) Intangíveis orresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade

Compostos por software, registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil

do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de

acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais

ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebim ento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores,

a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente

será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contáb

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10. j) Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão

 Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia). k) Eventos subsequentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 2012 Disponibilidades em moeda naciona 102

ificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 1.071 mil (2012 - R\$ 125 mil)

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

b) Resultado com títulos e valores mobiliários Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5). 1.071 125 Fundos de investimentos.... 6.106 6.284 c) O Banco CBSS não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

2013 2012 4.013 4.596 Devedores por depósito em garantia Impostos e contribuições a compensar 154 138 Impostos e contribuições a recuperar . Outros 95 97 5.116 Total. 4.517

Em 31 de dezembro de 2013, o investimento de R\$ 1 mil refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional. Os investimentos por incentivos fiscais de R\$ 9 mil foram baixados em abril de 2013.

prresponde a software que foram baixados em abril de 2013.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com pro anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial, é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais

não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em 31 de dezembro - R\$ mil Fiscais e previdenciárias Saldo no início do exercício de 2013. (6) Saldo no final do exercício de 2013 (Notas 11a e b) 234 11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Provisões fiscais (Nota 10).

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar 1.501 Impostos e contribuições a recolher. 174 Em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 2012 79 399 Provisão para pagamentos a efetu Provisões cíveis (Nota 10) 169 Credores diversos

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 90.000 mil (2012 - R\$ 90.000 mil) está representado por 47.955.353 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valo

Total

b) Reservas de lucros Em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 2012 3.382 7.540

Reservas de lucros

- Reserva estatutária (2). 3.211 (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado c) Dividendos e juros sobre o capital próprio Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a

1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de

lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

4.198

(210)

40

170

52

295

294

48 **345**

246

2013

1.071

Receitas

2013

6.961

(2.784)

(2.763)

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

1.0%

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir.

Lucro líquido.

Dividendos propostos

Propaganda e publicidade.

Contribuição sindical.

Contribuição à COFINS

Contribuição ao PIS.

Serviços técnicos especializados. Processamento de dados.....

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Variações monetárias e cambiais

Reversão de provisões.

Banco Bradesco S.A.

Banco Bradesco S.A. Dividendos:

Banco Bradesco S.A.

controlador da Companhia.

Aos Administradores do

Banco CBSS S.A.

(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro

Valor em Reais por lote de mil ações

Percentual em relação ao lucro líquido ajustado

15) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

16) TRANSACÕES COM PARTES RELACIONADAS

Aplicações em depósitos interfinanceiros

ou da Diretoria Executiva e seus familiares

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social do exercício

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

tituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(anteriormente denominado Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.)

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

Provisões cíveis.

Outros valores

2017

2018.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS R\$ mil

3.414

1.0%

0,67

151

10

244

250 30 40

(16)

(23)

2012

2012

Receitas

Em 31 de dezembro - R\$ mil

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 Impostos correntes: Imposto de renda e contribuição social devidos (2.180)(1.816)Impostos diferidos: (74)Constituição/(Realização) no exercício sobre adições temporárias Utilização de saldos iniciais de: (509) (421) Total dos impostos diferidos (2.230) Imposto de renda e contribuição social do exercício.. c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em

31.12.2012

104

Constituição

Realização

103

1.169

Total dos créditos tributários	106	31	105	32
Prejuízo fiscal	4.490	-	509	3.981
Total dos créditos tributários (Nota 7)	4.596	31	614	4.013
d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre di	ferenças temporárias e pr	ejuízo fiscal		
		E	Em 31 de dezembro de 2	013 - R\$ mil
	Diferenças t	emporárias		
	Diferenças to Imposto de renda	emporárias Contribuição social	Prejuízo fiscal	Total
2014			Prejuízo fiscal 673	Total 678
2014 2015				

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis O valor presente dos créditos tributários calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 3.697 mil (2012

R\$ 4.263 mil), sendo R\$ 29 mil (2012 - R\$ 100 mil) de diferenças temporárias e R\$ 3.668 mil (2012 - R\$ 4.163 mil) de prejuízo fiscal

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz essário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco

O Banco CBSS, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito de mercado, de liquidez, operacional e de capital. b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos Contábeis, emitiu vários

onunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando

aprovado pelo CMN Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

- Resolução nº 3.604/08 Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); Resolução nº 3.750/09 Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25): Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3,989/11 Pagamento baseado em Ações (CPC 10):

de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico.

Atualmeníe, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria A MP 627/13 dispõe sobre: A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão

- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; • A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior
 - por controladas e coligadas; e · O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins
 - A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil
 - d) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2012

5.644

(2.230)

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco CBSS S.A., nova denominação social da Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que

a) As transações com os controlador e empresa coligada são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando

2013

Ativos

(passivos)

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, dos

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários

a) Diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para

102

95.287

2012

Ativos

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas Outros assuntos contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou

dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explica

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são KPMG Auditores Independentes apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, CRC 2SP028567/O-1 F SP

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimônial e

financeira do Banco CBSS S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre

e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014

R\$ mil

1.174

4.013

Saldo em

31.12.2013

Cláudio Rogélio Sertório Contador CRC 1SP212059/O-0



Haddad cede a sem-teto. Mas só no papel.

Prefeito subiu em carro de som e transformou manifestação em comício. Ele prometeu transformar área invadida em zona de interesse social para novas moradias.

prefeito Fernando Haddad anunciou ontem que se compromete a revogar o decreto que transforma a área conhecida como Nova Palestina, na zona sul, em um parque. O terreno atualmente abriga cerca de oito mil famílias de sem-teto. O prefeito afirmou, porém, que só tomará a medida caso o novo Plano Diretor seja aprovado na Câmara Municipal.

O anúncio de Haddad foi feito de cima de um carro de som do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), em frente à Prefeitura, no Viaduto do Chá, no Centro. O prefeito subiu no carro para tentar dialogar com os sem-teto, que fizeram mais uma grande manifestação nas ruas da Capital.

A atitude do prefeito jogou para os vereadores a responsabilidade pelo atendimento das demandas do MTST.

Além do compromisso de revogar o decreto que destina a área da Nova Palestina a parque, Haddad se comprometeu a suspender o processo de reintegração da ocupação Dona Deda, no Campo Limpo, também na zona sul. A ocupação fica em um terreno do município.

prefeito sobe em um cami-



Fernando Haddad, ontem, durante manifestação de sem-teto em frente à Prefeitura: prefeito prometeu novas moradias populares na zona sul.

sem-teto. Em abril do ano passado, ele desceu de seu gabinete, no quinto andar do prédio, e foi até os manifestantes. Ele subiu até o carro de som e Não é a primeira vez que o transformou o protesto em um comício. "Quero reiterar o nhão de som para falar com compromisso de construir 55

mil moradias populares", afirmou Haddad ao microfone, na

Protesto - Mais cedo, integrantes do MTST fecharam a Avenida Rebouças, a Rua da Consolação e o Viaduto do Chá, em um grande protesto.

O grupo se reuniu no Largo da Batata, em Pinheiros, e caminhou até a sede da Prefeitura, na região central. Os manifestantes gritaram: "Ei, Haddad, paramos a cidade" e "É ou não

é, piada de salão, tem dinheiro

para a Copa, mas não tem para

a educação". Segundo a Polícia Militar, o

ato reuniu cerca de 3.000 manifestantes. Já segundo a organização, havia cerca de 10.000 pessoas na passeata.

Eles reclamavam que a Prefeitura não efetivou os com-

promissos prometidos em janeiro, como a a construção de moradias populares na área da Nova Palestina.

Um trio elétrico e uma bateria acompanharam a manifestação. Além da Vila Nova Palestina, havia moradores das ocupações Faixa de Gaza, Dona Deda, Capadócia, Novo Pinheirinho e Estaiadinha.

Transtornos - O protesto causou transtornos para quem vive ou trabalha no trajeto dos manifestantes. Às 9h, a babá Sandra Alves esperava há 20 minutos por um ônibus na avenida Faria Lima. Nesse horário, ela deveria ter chegado ao trabalho, em frente ao Parque Villa Lobos.

"Não concordo que essas pessoas parem o trânsito e atrapalhem a vida dos outros para protestar. Já fizeram isso várias vezes e nunca deu em nada", reclamou Sandra.

Parado em frente à estação Paulista do Metrô, o técnico manutenção Reginaldo José de Oliveira, 35, disse concordar com a manifestação.

"Tem que parar a rua mesmo. A Prefeitura tem um monte de terreno vazio que poderiam servir para construção de moradias, mas não cede. Já imaginou quantas famílias poderiam morar no terreno onde fizeram o Itaquerão?", sugeriu. (Agências)